

Brasília deve dar o exemplo

30 SET 1996

JORNAL DE BRASÍLIA

Wasny de Roure

“Criei um monstro”. Esta frase é atribuída ao general Golbery do Couto Silva a quem se credita a constituição do Serviço Nacional de Informações, o SNI, de triste lembrança para mais de uma geração de brasileiros.

Durante os 30 anos de ditadura militar, fomos obrigados a conviver com um poder que se colocava acima até mesmo da força dos generais presidentes. O último deles, o general Figueiredo, descobriu em certa época que tinha seus telefones no Palácio do Planalto grampeados e escutas eletrônicas escondidas sob o forro das paredes de seu gabinete. O próprio presidente da República! E um general que havia sido, nos anos imediatamente anteriores a sua posse na Presidência, o chefe do SNI!

A esquerda deste País, mais que ninguém, sabe o que significa ser investigado por essas forças. Ocultas, como as queria, Jânio Quadros. Compatriotas absolutamente inocentes foram prejudicados, quando sobreviveram, pelo trabalho, nem sempre responsável, dos então chamados órgãos de segurança! Estruturas enormes que nem sempre sabiam a serviço de quem estavam!

A redemocratização brasileira, e a ascensão dos partidos de esquerda ao poder em vários municípios, abriu a possibilidade de reformulação dessa estruturas. Infelizmente, nem sempre se pode tomar providências imediatas.

O Governo Democrático e Popular do Distrito Federal poderia ter assumido com firmeza o direcionamento do trabalho da P2, a polícia secreta da PM. Mas, eram muitas as prioridades e não podíamos imaginar que as

coisas estivessem fora de controle. Além disso, os relatórios que chegaram às mãos do governador, segundo suas próprias declarações à imprensa, não invadiam a privacidade de qualquer cidadão. Talvez por uma dificuldade natural de conviver com a idéia da necessidade de um serviço especializado em informações, o governador Cristovam tenha postergado esse assunto para mais tarde.

Hoje nos vemos, todos, envolvidos com a questão de uma maneira mesquinha, por

“Talvez por uma dificuldade natural de conviver com a idéia de um serviço secreto, o governador tenha postergado o assunto”



Alan Marques

demais pequena.

A divulgação de alguns relatórios, cuja autoria se atribui a P2, colocou em cheque o comportamento não apenas do governo e da própria corporação como o das pessoas “investigadas”, expondo a privacidade de alguns de maneira ignóbil.

Antes de mais nada é preciso resgatar a imagem da Polícia Militar do Distrito Federal. Não podemos permitir que o comportamento irresponsável e inconsequente de alguns poucos venha a macular a todos. Mas não devemos, de forma alguma, legitimar esse comportamento espúrio e ilegal.

A instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara Legislativa do DF para

investigar a atuação da P2 - desde 1988, quando foi promulgada a Constituição Cidadã, até hoje - é uma excelente possibilidade de passar a limpo toda essa história. Poderemos, se trabalharmos a sério, sugerir até mesmo mudanças constitucionais que impeçam a repetição de fatos tão deploráveis.

Mas, para isso, é preciso tomar cuidado para não assumirmos a postura ressentida de quem sofreu nas mãos dos organismos de informação. Até porque, precisamos ter claro

que esses órgãos eram menos de informação e mais de repressão.

Temos que assumir a necessidade de informação do governo e montar um órgão de inteligência que tenha um perfil conhecido por todos os cidadãos. Que tenha uma dotação orçamentária clara, discutida no Legislativo como acontece com o orçamento de todos os setores do governo, e que seja eficiente e eficaz, capaz de auxiliar o governo a tomar decisões. Precisamos criar condições de regu-

larizar as atividades de informação de forma a compatibilizá-las com o Estado de Direito e a vida democrática.

A CPI, porém, corre o risco de, sendo utilizada como palco para o marketing de alguns, servir apenas para desmoralizar as instituições, entre elas, a própria Câmara. E com isso, perpetuar os arapongas.

Vamos reafirmar nosso compromisso histórico com a liberdade e a democracia. Brasília pode dar esse exemplo a toda a Nação brasileira!

■ **Wasny de Roure** - é deputado distrital pelo PT e participará da CPI. Foidirigente sindical e secretário de Estado